

ATA NÚMERO 114/XIII (3.ª)

M

A 13 de março de 2018, pelas 15:00 horas, reuniu a Comissão de Cultura, Comunicação, Juventude e Desporto, na Sala 1 do Palácio de S. Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, com a seguinte Ordem do Dia:

I Parte

1. Informações;

2. Aprovação da ata da reunião de 6 de março de 2018;

3. Fixação da redação final dos seguintes projetos de resolução:

- [Projeto de resolução n.º 1275/XIII \(3.ª\) \(PCP\)](#) — Por melhores condições de acesso da população surda a emissões televisivas;
- [Projeto de resolução n.º 1281/XIII \(3.ª\) \(BE\)](#) — Recomenda ao Governo constituição de um grupo de trabalho tendo em vista a calendarização de medidas tendentes à total acessibilidade dos conteúdos televisivos para a comunidade surda;
- [Projeto de resolução n.º 1287/XIII \(3.ª\) \(PAN\)](#) — Recomenda ao Governo a adoção de medidas de promoção de acessibilidade televisiva para a população surda portuguesa.

4. Fixação da redação final dos seguintes projetos de resolução:

- [Projeto de resolução n.º 673/XIII \(2.ª\) \(PSD\)](#) - Recomenda ao Governo a salvaguarda do património sonoro, musical e radiofónico português;
- [Projeto de resolução n.º 1302/XIII \(3.ª\) \(BE\)](#) - Recomenda a criação e instalação de um Arquivo Sonoro Nacional;
- [Projeto de resolução n.º 1306/XIII \(3.ª\) \(PS\)](#) - Recomenda ao Governo a adoção de medidas conducentes à criação do Arquivo Sonoro Nacional;
- [Projeto de resolução n.º 1309/XIII \(3.ª\) \(PEV\)](#) - Recomenda ao Governo a salvaguarda e promoção do património sonoro através da criação de um Arquivo Sonoro Nacional;

- [Projeto de resolução n.º 1311/XIII \(3.ª\) \(CDS-PP\)](#) - Recomenda ao Governo a proteção dos documentos sonoros que sejam parte do património cultural português, através da criação de um Arquivo Sonoro Nacional.
5. Discussão do projeto de resolução n.º 1263/XIII (3.ª) (BE) - Recomenda o estabelecimento da Zona Especial de Proteção do Centro Histórico do Porto, conforme o determinado na Lei n.º 107/2001;
6. Discussão do projeto de resolução n.º 1339/XIII (3.ª) (PCP) - Recomenda ao Governo a criação da Zona Especial de Proteção (ZEP) do Centro Histórico do Porto;
7. Discussão do projeto de resolução n.º 1413/XIII (3.ª) (PS) - Recomenda ao Governo o início imediato do procedimento de delimitação da Zona Especial de Proteção do Centro Histórico do Porto e de Gaia e a extensão da zona classificada ao Centro Histórico de Gaia;
8. Apreciação e votação do requerimento apresentado pelo Grupo Parlamentar do PCP para audição da Diretora Regional de Cultura do Centro sobre as declarações por si proferidas acerca do Leirena Teatro a propósito da sua não candidatura a apoios públicos às artes.
9. Outros assuntos.

II PARTE

16h00: Audição do Provedor do Telespetador, Jorge Wemans, para apresentação do relatório de atividades relativo ao ano de 2017.

17h00: Audiência do Sindicato dos Jornalistas, sobre as declarações proferidas pelo Presidente do Sporting Clube de Portugal durante a Assembleia Geral do clube, que apelou aos adeptos para deixarem de comprar jornais e ver os canais de televisão portugueses.

I Parte

1. Informações

Dando início à reunião, a Senhora Presidente da Comissão de Cultura, Comunicação, Juventude e Desporto, Deputada Edite Estrela, informou que tinha baixado à Comissão o [projeto de resolução n.º 1372/XIII \(3.ª\)](#) (PCP) — Recomenda a valorização, estudo, salvaguarda e divulgação do conjunto arqueológico das ruínas romanas de Ammaia, em Marvão -, tendo a Senhora Deputada Diana Ferreira (PCP) transmitido que a sua discussão seria feita em Plenário.

Informou igualmente que tinha baixado à Comissão o [projeto de resolução n.º 1386/XIII \(3.ª\)](#) (PSD) — Recomenda ao Governo a adoção das medidas necessárias com vista a criação de um regime de exceção para as tradicionais danças e bailinhos de carnaval da Ilha Terceira, no âmbito das taxas referentes aos direitos de autor -, tendo o Senhor Deputado José Carlos Barros (PSD) informado que a sua discussão seria feita em Comissão.

2. Aprovação da ata da reunião de 6 de março de 2018

A ata da reunião de 6 de março de 2018 foi aprovada por unanimidade pelos Grupos Parlamentares do PSD, PS, BE, CDS-PP e PCP.

3. Fixação da redação final dos projetos de resolução

- [Projeto de resolução n.º 1275/XIII \(3.ª\)](#) (PCP) — Por melhores condições de acesso da população surda a emissões televisivas;
- [Projeto de resolução n.º 1281/XIII \(3.ª\)](#) (BE) — Recomenda ao Governo constituição de um grupo de trabalho tendo em vista a calendarização de medidas tendentes à total acessibilidade dos conteúdos televisivos para a comunidade surda;
- [Projeto de resolução n.º 1287/XIII \(3.ª\)](#) (PAN) — Recomenda ao Governo a adoção de medidas de promoção de acessibilidade televisiva para a população surda portuguesa.

A Senhora Deputada Diana Ferreira (PCP) usou da palavra para referir que o texto de fusão elaborado pela DAPLEN tentou agregar o conjunto das medidas previstas nos projetos de resolução apresentados sobre a matéria. Contudo, o projeto de resolução apresentado pelo Grupo Parlamentar do PCP recomenda que o Governo «realize com as organizações representativas das pessoas com deficiência e, em especial, as pessoas surdas, uma análise das condições de interpretação da Língua Gestual Portuguesa nas emissões televisivas (...), proposta esta que não se encontra plasmada na fusão elaborada pela DAPLEN. Por outro lado, o referido

texto de fusão refere «(...) representantes da Federação Portuguesa das Associações de Surdos (FPAS)...», mas na sua iniciativa o Grupo Parlamentar do PCP faz alusão «às organizações representativas das pessoas com deficiência e, em especial das pessoas surdas» exatamente para não se cingir a intervenção a ser feita tão só à FPAS mas também a outras organizações. Por último, o texto apresentado pelo Grupo Parlamentar do PCP refere a necessidade de aumentar o número de horas de interpretação em Língua Gestual Portuguesa na televisão pública, com o posterior alargamento aos operadores privados, o que não se encontra sequer contemplado no texto de fusão. Por todas estas razões, o Grupo Parlamentar do PCP vai apresentar propostas de alteração à fusão apresentada pela DAPLEN.

O Senhor Deputado Jorge Falcato (BE) disse que também não constava do texto de fusão «a possibilidade de o grupo de trabalho poder sugerir alterações legislativas tendo em vista plasmar na lei a obrigatoriedade de cumprimento da acessibilidade dos conteúdos televisivos», bem como a medida respeitante «(...) a Secretaria de Estado da Inclusão das Pessoas com Deficiência disponibilize todos os meios necessários à prossecução dos desígnios do grupo de trabalho (...) designadamente (...) de Língua Gestual Portuguesa» e que, nesse sentido, o Grupo Parlamentar do BE ia apresentar uma proposta de alteração ao texto proposto.

4. Fixação da redação final dos projetos de resolução:

- [Projeto de resolução n.º 673/XIII \(2.ª\) \(PSD\)](#) - Recomenda ao Governo a salvaguarda do património sonoro, musical e radiofónico português;
- [Projeto de resolução n.º 1302/XIII \(3.ª\) \(BE\)](#) - Recomenda a criação e instalação de um Arquivo Sonoro Nacional;
- [Projeto de resolução n.º 1306/XIII \(3.ª\) \(PS\)](#) - Recomenda ao Governo a adoção de medidas conducentes à criação do Arquivo Sonoro Nacional;
- [Projeto de resolução n.º 1309/XIII \(3.ª\) \(PEV\)](#) - Recomenda ao Governo a salvaguarda e promoção do património sonoro através da criação de um Arquivo Sonoro Nacional;
- [Projeto de resolução n.º 1311/XIII \(3.ª\) \(CDS-PP\)](#) - Recomenda ao Governo a proteção dos documentos sonoros que sejam parte do património cultural português, através da criação de um Arquivo Sonoro Nacional.

Após as intervenções dos Senhores Deputados José Carlos Barros (PSD), Diana Ferreira (PCP), e Jorge Campos (BE), e não se tendo registado qualquer objeção em relação à proposta de fusão elaborada pela DAPLEN, a redação final e o respetivo título foram fixados por unanimidade pelos Grupos Parlamentares do PSD, PS, BE, CDS-PP e PCP.

5. Discussão do projeto de resolução n.º 1263/XIII (3.ª) (BE) - Recomenda o estabelecimento da Zona Especial de Proteção do Centro Histórico do Porto, conforme o determinado na Lei n.º 107/2001

6. Discussão do projeto de resolução n.º 1339/XIII (3.ª) (PCP) - Recomenda ao Governo a criação da Zona Especial de Proteção (ZEP) do Centro Histórico do Porto

7. Discussão do projeto de resolução n.º 1413/XIII (3.ª) (PS) - Recomenda ao Governo o início imediato do procedimento de delimitação da Zona Especial de Proteção do Centro Histórico do Porto e de Gaia e a extensão da zona classificada ao Centro Histórico de Gaia

A Senhora Deputada Maria Manuel Rola (BE) apresentou o [projeto de resolução n.º 1263/XIII \(3.ª\)](#), referindo, em síntese, que o Centro Histórico do Porto está inscrito como Património Mundial da UNESCO desde dezembro de 1996 e que a 30 de julho de 2010 foi publicado em *Diário da República* o Aviso n.º 15173/2010, cujo Anexo I define a planta de implantação e a correspondente Zona Especial de Proteção do Centro Histórico do Porto. No entanto, a 14 de novembro de 2012, este aviso foi anulado por ação judicial da Câmara Municipal de Vila Nova de Gaia, pelo que o Centro Histórico do Porto, conjunto classificado, não dispõe atualmente de qualquer Zona Especial de Proteção (ZEP). Assim, para o Grupo Parlamentar do BE torna-se necessário proceder à instauração de um processo que defina uma Zona Especial de Proteção, de forma a cumprir com a legislação que estabelece a obrigatoriedade de definição de tal implantação através de mapa a ser publicado por aviso em *Diário da República*, sobretudo porque esta é uma zona que tem sofrido uma pressão turística que pode descaracterizar por completo o património mundial da UNESCO e levar à retirada deste título por esta entidade. Nesse sentido, a iniciativa do Grupo Parlamentar do BE recomendar que o Governo dê início ao procedimento de delimitação do conteúdo da Zona Especial de Proteção do Centro Histórico do Porto, para que esta seja publicada por aviso em *Diário da República* no prazo de 6 meses a contar da aprovação da resolução, e que proceda ao levantamento e delimitação de outras ZEP de bens inscritos na lista do património mundial, começando por aqueles sujeitos a maiores pressões externas.

A Senhora Deputada Diana Ferreira (PCP) apresentou o [projeto de resolução n.º 1339/XIII \(3.ª\)](#) (PCP), mencionando, em resumo, que a cidade do Porto, particularmente o seu centro histórico, Património Mundial da Unesco desde 1996, constitui uma realidade de inegável interesse histórico e cultural e um reconhecido e mundialmente apreciado destino turístico que importa valorizar mas também salvaguardar. Depois da classificação do Porto como Património da Humanidade e da constituição da Zona Especial de Proteção (ZEP) do Centro Histórico do Porto, a mesma foi anulada por impugnação judicial da Câmara Municipal de Vila Nova de Gaia, estando neste momento esta zona sem este mecanismo de proteção do seu património, o que se reveste de particular importância na medida em que a Câmara do Porto, juntamente com a Direção-Geral do Património Cultural, se prepara para intervir na Estação de São Bento, monumento classificado como Imóvel de Interesse Público e dentro do perímetro do Património Mundial. Para o Grupo Parlamentar do PCP os projetos existentes para a Estação de São Bento não devem pôr em causa nem o património nem os usos que a estação hoje tem, sendo que as mais recentes notícias relativas à construção de uma torre panorâmica com 18 metros de altura são desse já uma fonte de preocupação, para além de a aposta que está a ser feita na massificação do turismo e na criação de equipamentos de hotelaria dentro da estação oferecer imensas reservas. Nesse sentido, o Grupo Parlamentar do PCP propõe que se inicie, com a maior brevidade, o processo de delimitação e criação da Zona Especial de Proteção do Centro Histórico do Porto, avalie a introdução de mecanismos na lei que permitam um novo procedimento para definição da respetiva Zona Especial de Proteção dos bens inscritos na lista do património mundial e proceda à fixação das respetivas Zonas Especiais de Proteção dos bens e conjuntos inscritos na lista do património mundial.

A Senhora Deputada Carla Sousa (PS) apresentou o [projeto de resolução n.º 1413/XIII \(3.ª\)](#), referindo que o Grupo Parlamentar do PS pretende que se dê início imediato ao procedimento de delimitação da Zona Especial de Proteção do Centro Histórico do Porto, Ponte Luiz I e Mosteiro da Serra do Pilar e que a classificação do Património Mundial pela UNESCO atribuída ao Porto se estenda também ao centro histórico de Vila Nova de Gaia e às caves do Vinho do Porto. Lembrou que o Porto e Vila Nova de Gaia assistem a um período de grande pressão turística e imobiliária e que a ausência de mecanismos máximos de proteção legal pode levar a descaracterizações irreversíveis no edificado, na harmonia e unidade visual que aquela zona do centro histórico encerra.

O Senhor Deputado José Carlos Barros (PSD) sublinhou que o Grupo Parlamentar do PSD acompanha as iniciativas apresentadas pelos Grupos Parlamentares do PCP e do BE quanto à importância do restabelecimento da Zona Especial de Proteção do Centro Histórico do Porto, sobretudo porque qualquer um dos projetos de resolução não entra em especificações quanto a áreas a delimitar ou bens a incluir. Adiantou, contudo, em respeito pelas competências das câmaras municipais envolvidas, o Grupo Parlamentar do PSD defende que idealmente o processo devia ter o seu início através da entidade competente na matéria, a DGPC, e as Câmaras Municipais do Porto e de Vila Nova de Gaia e não tanto por uma recomendação por parte da Assembleia da República ao Governo.

A Senhora Deputada Vânia Dias da Silva (CDS-PP) disse estar de acordo com a intervenção do Senhor Deputado José Carlos Barros (PSD), afirmando não fazer nenhum sentido que as duas Câmaras Municipais não sejam envolvidas em todo este processo.

8. Apreciação e votação do requerimento apresentado pelo Grupo Parlamentar do PCP para audição da Diretora Regional de Cultura do Centro sobre as suas declarações acerca do Leirena Teatro a propósito da sua não candidatura a apoios públicos às artes

A Senhora Deputada Ana Mesquita (PCP) referiu que o requerimento apresentado pelo Grupo Parlamentar do PCP é autoexplicativo ao repudiar as declarações feitas pela atual Diretora Regional de Cultura do Centro na apresentação da programação da companhia Leirena Teatro quando disse: «É uma lição como um grupo de teatro profissional, com três atores, que se dedica de corpo e alma ao seu trabalho, vive sem pedir dinheiro, não incomoda a Administração Central».

Para o Grupo Parlamentar do PCP estas afirmações são graves e constituem um profundo desrespeito pelo conjunto dos artistas, companhias de teatro e outras estruturas artísticas que fazem um enorme esforço para promover a cultura, a sua fruição e produção, sobretudo tendo em atenção as responsabilidades que tem ao nível da cultura em toda a Região Centro. Congratular-se com o facto de uma companhia de teatro conseguir apresentar uma programação sem quaisquer apoios do Estado, não incomodando com isso a Administração Central», é inaceitável a todos os níveis e demonstra uma defesa da ausência de apoios do Estado às estruturas artísticas não profissionais. E mais inaceitável é porque os responsáveis por esta

companhia de teatro já vieram a público afirmar que têm sentido imensas dificuldades resultantes do facto de a companhia não conseguir aceder a apoios.

Terminou afirmando que as declarações feitas pela tutela, mais concretamente pelo Senhor Ministro da Cultura, que desvalorizaram as declarações produzidas pela Senhora Diretora Regional, revestem-se de alguma gravidade.

Submetido à votação, o requerimento foi aprovado por unanimidade pelo Grupos Parlamentares do PSD, PS, BE, CDS-PP e PCP.

9. Outros assuntos

No âmbito deste ponto, a Senhora Presidente informou que a próxima reunião da Comissão teria lugar no dia 14 de março, às 10 horas, com a audição do Senhor Ministro da Cultura.

II PARTE

Audição do Provedor do Telespetador, para apresentação do relatório de atividades relativo ao ano de 2017

Dando início à [audição](#), a Senhora Presidente da Comissão de Cultura, Comunicação, Juventude e Desporto deu as boas vindas ao Senhor Provedor do Telespetador, Jorge Wemans, explicou a metodologia dos trabalhos e a grelha de tempos a utilizar, dando-lhe de seguida a palavra para fazer uma intervenção inicial.

O Senhor Provedor do Telespetador fez uma breve apresentação do relatório de atividades de 2017, sublinhando, entre outros, os seguintes aspetos:

- A diversidade de oferta de produtos e das suas origens, de géneros, etc., da RTP, o que constitui um modo de fugir àquilo que é oferecido por outros serviços televisivos, em que a telenovela ocupa grande parte da grelha;
- A RTP tem conseguido oferecer ao longo dos últimos anos um serviço público de televisão diversificado e com uma oferta distintiva de programação;
- Quanto à distinção de perfis entre os vários canais, a RTP3, passível de ser vista por todo o público, por vezes tem exatamente a mesma oferta de informação e de programas do que a RTP1,

o que pode levar a pensar na razão da existência de dois canais com conteúdos muito semelhantes;

- A oferta diversificada da RTP Player, com uma oferta própria, e a qualidade dos seus espetadores;
- A necessidade de a RTP poder dispor de mais recursos financeiros;
- A língua portuguesa nem sempre é bem tratada pela RTP, quer na informação, quer na ficção, quer no entretenimento;
- A RTP Internacional tem de ser um factor de coesão nacional, devendo a RTP apostar na capacidade de produção própria;
- A quebra de audiências da RTP2.

Intervieram, de seguida, os Senhores Deputados Susana Lamas (PSD), Carla Sousa (PS), Jorge Campos (BE), Vânia Dias da Silva (CDS-PP) e Diana Ferreira (PCP) que, em síntese, agradeceram a exposição e colocaram algumas questões, designadamente sobre a ausência de apresentação de questões por parte dos espetadores da Madeira e dos Açores, a eficácia das recomendações do Provedor, a diversificação de conteúdos e produções próprias, a atenção dada aos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa, o desporto e as touradas.

No final, o Senhor Provedor do Telespetador respondeu a todas as questões colocadas, tendo salientado, em síntese, os seguintes pontos:

- A fraca percentagem das mensagens recebidas pelo Provedor dos telespetadores das Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira;
- A existência de um défice na difusão do programa «Provedor do Telespetador», apesar de hoje já existirem condições para uma maior presença e proatividade para com os cidadãos;
- A maioria das mensagens dos telespetadores dos PALOP são de contentamento em relação à RTP África, o mesmo não acontecendo com a RTP Internacional;
- A eficácia das recomendações do Provedor do Telespetador é muito relativa;
- Relativamente à transmissão de touradas, diz ter uma posição bastante discreta e que o assunto já foi debatido por várias instâncias, designadamente pelo Parlamento e pela ERC, e em que o «NÃO» às touradas não obteve acolhimento, não devendo o Provedor ser uma parte ativa deste processo;

- Em relação aos conteúdos apresentados, a RTP apresenta seguramente a oferta televisiva mais diversificada, o que, por sua vez, pode criar alguma tensão na capacidade de agregar público;
- Dificuldade de gerir de uma forma coerente e sistemática as gelhas da RTP1, RTP2 e RTP3, que têm pouca capacidade para agregar;
- A excessiva informação sobre futebol.

A gravação áudio e vídeo da audição disponível na [página internet da Comissão](#).

Audiência do Sindicato dos Jornalistas, sobre as declarações proferidas pelo Presidente do Sporting Clube de Portugal durante a Assembleia Geral do clube, que apelou aos adeptos para deixarem de comprar jornais e ver os canais de televisão portugueses

Dando início à [audiência](#), a Senhora Presidente da Comissão de Cultura, Comunicação, Juventude e Desporto deu as boas vindas à Presidente do Sindicato dos Jornalistas, Sofia Branco, e ao vogal Luís Filipe Simões, explicou a metodologia dos trabalhos e a grelha de tempos a utilizar, dando-lhes de seguida a palavra para fazer uma intervenção inicial.

Iniciando a sua intervenção, a Presidente do Sindicato dos Jornalistas (SJ) começou por sublinhar que o pedido de audiência apresentado "não é sobre o Sporting", que "não é sequer sobre futebol, porque o futebol não é ou não devia ser isto" mas, sim, sobre a liberdade de imprensa e o condicionar do trabalho dos profissionais, sublinhando, a este respeito, a reação política bastante tibia registada às palavras proferidas por Bruno de Carvalho, inclusivamente por parte do Senhor Presidente da República.

Referiu de seguida o ambiente de hostilidade crescente e alarmante e que já esteve mais longe de acontecer uma desgraça. O Sindicato dos Jornalistas já fez chegar esse alerta às autoridades, na medida em que o clima que se tem gerado tendo como alvo os jornalistas é agravado ainda mais pelas condições de trabalho existentes na maior parte dos estádios do País, absolutamente inqualificáveis em termos de segurança. Disse que o acesso à tribuna dos jornalistas não é reservado, que os carros dos jornalistas têm de ficar parados a uma grande distância dos estádios, tendo depois estes de fazer todo um percurso no meio dos adeptos; que em muitos estádios os corredores de acesso à tribuna são «sítios de apedrejamento»; que há uma falta de policiamento nos estádios e que este é feito muitas vezes por empresas de segurança privadas.

De seguida, colocaram algumas questões os Senhores Deputados João Pinho de Almeida (CDS-PP), Joel Sá (PSD), João Torres (PS), Jorge Campos (BE) e Diana Ferreira (PCP), tendo de seguida a Senhora Presidente do Sindicato dos Jornalistas respondido às questões colocadas.

O Sindicato já pediu reuniões urgentes aos Ministros da Cultura e da Educação (sem resposta), ao Ministro da Administração Interna, cuja audiência já está marcada, à PSP e GNR, mas ainda não obteve qualquer resposta; solicitou igualmente intervenções várias à Liga Portuguesa de Futebol Profissional, à Federação Portuguesa de Futebol e à Entidade Reguladora para a Comunicação Social. Sublinhou também já ter tido uma audiência com a Senhora Procuradora-Geral da República e um encontro «confidencial» com os diretores dos órgãos de comunicação social, tendo constatado que existe já um diálogo para tentar estabelecer alguns limites, desde logo naquilo que respeita à utilização das redes sociais e à utilização de canais dos clubes, o que é extremamente positivo.

Apontou responsabilidades aos comentadores desportivos na televisão e aos diretores de comunicação dos clubes, que passam o tempo todo nas televisões a «incendiar» os telespetadores e que muito têm contribuído para o clima de crispação que se vive, realçando o facto de estes diretores não serem sequer os assessores de imprensa dos clubes nem funcionários dos clubes e não estarem regulados por ninguém. E, num país onde o futebol tem uma presença relevante e constante, os dirigentes desportivos têm responsabilidade e obrigação em garantir que o desporto contribui para o bem-estar social e não alimenta climas de ódio e perseguição.

Por fim, salientou a sua expectativa por uma manifestação pública e o mais coletiva possível do Parlamento junto dos maiores clubes nacionais.

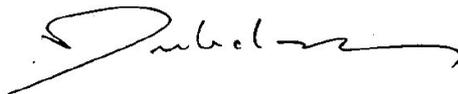
A gravação vídeo da audiência pode ser consultada na [página internet da Comissão](#).

Por último, a Senhora Presidente informou que a próxima reunião teria lugar no dia 14 de março de 2018, às 10 horas.

A reunião foi encerrada às 18 horas e 30 minutos, dela se tendo lavrado a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Palácio de São Bento, 13 de março de 2018

O PRESIDENTE DA COMISSÃO, em exercício



(Pedro do Ó Ramos)

Nota: A ata foi aprovada por unanimidade, tendo-se registado a ausência do Grupo Parlamentar CDS-PP na reunião de 24 de abril de 2018

Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Carla Sousa
Diana Ferreira
Edite Estrela
Helga Correia
Hugo Carvalho
Ivan Gonçalves
João Pinho de Almeida
João Torres
Joel Sá
Jorge Campos
José Carlos Barros
Norberto Patinho
Pedro do Ó Ramos
Sara Madruga da Costa
Susana Lamas
Teresa Caeiro
Ana Mesquita
Ana Sofia Bettencourt
Jorge Falcato Simões
Margarida Mano
Maria Augusta Santos
Maria Manuel Rola
Pedro Pimpão
Vânia Dias da Silva

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

Firmino Pereira
Joana Barata Lopes
Pedro Delgado Alves

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados:

Cristóvão Simão Ribeiro
Diogo Leão
João Azevedo Castro
Luís Monteiro